

Avaliação pra Valer

Proposta de implementação

Documento produzido pelo Grupo de Estudo e Trabalho de Qualidade de Ensino da ENECOS entre setembro de 2001 e maio de 2002.

Esta é mais uma etapa da construção do *Avaliação pra Valer*, projeto iniciado pelos estudantes de Comunicação em 1998. A idéia de preparar esse documento partiu da constatação de que a última publicação do Grupo de Estudo e Trabalho responsável pelo tema na ENECOS – o documento *Avaliação pra Valer*, de julho de 2000 – não havia sido capaz, sozinha, de alavancar o processo de avaliação nas escolas. As bases conceituais, de fato, já estavam ali definidas, mas a maneira de efetivá-las não estava clara para boa parte dos estudantes que tiveram acesso àquela proposta.

Construir uma “proposta prática” de avaliação é uma cobrança feita há tempos por estudantes que questionam o modelo vigente. O GET sempre rechaçou essa postura, por entender que não seria papel de estudantes, unicamente, responder a essa demanda. Se questionávamos, entre outros pontos, o autoritarismo dos processos governamentais, também nós não deveríamos impor o nosso modelo. Além do mais, entendíamos que não era por falta de propostas que não se trabalhava outro modelo no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação, tal como implementado nesses últimos anos, serve a determinados objetivos, diferentes dos que acreditamos que deva ter a Avaliação Institucional. No entanto, no decorrer das discussões, percebemos necessário afirmar sobre quais bases pensávamos as políticas educacionais e, mais especificamente, quais os conceitos e objetivos que fundamentariam, no nosso entender, uma avaliação para os cursos de Comunicação.

O terceiro documento do GET definia claramente essas características, mas não tinha um perfil “auto-aplicável”; não pretendia viabilizar, ele mesmo, o processo nas escolas. Partia-se, naquele momento, do princípio de que não se deveria impor um modelo único a ser adotado nacionalmente, até pelas diferenças encontradas em relação a organização e modelo de cada um dos cursos. Entretanto, no momento em que alguns cursos se definiram pela tentativa de colocar em prática a proposta do GET, percebemos que poderíamos contribuir mostrando possibilidades, apontando caminhos, sugerindo formas de implementar aqueles conceitos. Decidimos, então, construir um documento-embrião, em que pudéssemos exemplificar um modelo possível de “avaliação pra valer”. Surgia aí esta “Proposta de Implementação”. O objetivo deste documento é oferecer um modelo para servir aos cursos da maneira que melhor lhes convier. Um modelo que pode ser alterado, criticado, copiado, de acordo com as discussões ocorridas internamente em cada curso.

Colocamos um único limite ao uso do que propomos: que ele sirva para a construção de um processo democrático. Garantido isso, faz parte do processo democrático que os elementos sejam questionados. É isso que fará com que a avaliação seja legitimada pela comunidade acadêmica.

Vale ainda salientar que este documento de implementação não pode ser compreendido separado do anterior, que determina as bases conceituais. É preciso que se tenha em mente todo o tempo o valor e o significado das propostas contidas naquele “Avaliação pra Valer!”.

As premissas

O desafio de colocar em prática uma proposta de avaliação institucional transforma em realidade todos os questionamentos levantados na formulação teórica acerca do tema. É possível construir uma avaliação respeitando totalmente a autonomia da instituição? O quanto o modelo a ser alcançado deve ser unificado nacionalmente? É possível dar legitimidade social a um modelo criado sem o poder de coação estatal?

Dois elementos se destacam quando nos propomos a responder a essas perguntas.

- 1) Contradição – Pensar em colocar em prática um projeto de avaliação significa assumir que há de se lidar todo o tempo com contradições. Desde a elaboração do processo até a sua implementação, existe um conflito em propor um projeto democrático em um espaço não-democrático, como é a grande maioria das universidades hoje. Também na concepção de universidade: até que ponto se estabelecem limites e se cercam possibilidades de antemão? É legítimo que um grupo da universidade defenda, dentro de um espaço democrático, uma universidade hierarquizada, não-democrática? Mais importante do que ter respostas

prontas para essas questões é entender o conflito e a contradição como partes do processo; o que não significa, no entanto, tratá-los como naturais e simplesmente ignorá-los. Propor a sua superação é entender o processo como dinâmico, e permanentemente em disputa.

- 2) Autoritarismo –É difícil desvencilhar-se dessa característica se ela é parte de nosso dia-a-dia, nas relações professor-aluno, diretor-dirigidos, entidade-representados, grupo-indivíduo. A construção de uma avaliação deve partir da concepção de legitimidade social, de uma legitimidade que não se dá por uma compilação de verdades impostas, mas que se constrói necessariamente durante o processo, por meio dele mesmo. Assim, o autoritarismo deixa ser uma característica para se tornar um desvio.

Portanto é no enfrentamento dessas questões, e não em sua negação, que se constrói uma avaliação efetivamente democrática. O que fazemos terá bons resultados não se for implementado da maneira como pensamos, mas se for discutido, disputado, desconstruído, repensado de acordo com cada instituição. É um ponto de partida para ser disputado. Queremos que cada escola se questione: para que avaliar?

Alguns critérios

Já estão explícitos no documento anterior os objetivos que vislumbramos em uma avaliação institucional. Entretanto, cabe aqui um reforço de alguns deles e o detalhamento de outros critérios importantes:

- Busca-se antes de tudo, por meio da avaliação, o interesse público. Independentemente de o curso ser privado ou público, é a educação como direito de toda a população e dever do Estado que deve prevalecer. Como também o saber e o conhecimento sem proprietários e a universidade como interlocutora e produtora de novos saberes. Portanto, a integração com a sociedade em todas as suas faces (comunidades carentes, organizações governamentais e não-governamentais, mercado de trabalho etc.) é premissa indispensável;
- A avaliação institucional não pode querer prevalecer sobre a autonomia universitária, consagrada constitucionalmente. A avaliação é um pacto coletivo a que se propõe o curso, que passa a se submeter a um olhar externo independente e responder pelas conseqüências do processo. Mas não pode servir – nem se pretender – como instrumento de coerção, especialmente uma avaliação como esta, que não é estatal e nem oficial;
- O conceito de eficácia (planejamento X resultados) deve prevalecer sobre o de eficiência (investimento X resultados), considerando a efetividade da instituição – o grau de presença social da universidade.
- Enxergamos duas disputas a serem feitas: uma, a disputa pela implementação da avaliação. Esta é uma disputa PARCIAL, em que deve se defender a todo custo os princípios que a legitimam como democrática, plural e permanente. A segunda disputa é pelo conteúdo, pelo projeto de curso, pelos objetivos da universidade. Nesse caso, essa avaliação propõe uma disputa IMPARCIAL, em que o foco seja a formação de espaços de disputa permanentes, públicos, legítimos e democráticos, no qual possam ser discutidos e decididos – de forma aberta e franca – os rumos do curso e da universidade.

Como começar

Dadas essas premissas, pensamos um modelo para a efetivação da avaliação nas escolas. Propomos que se comece trabalhar com os cursos de Comunicação e seu “espaço de atuação”, seja ele o departamento, a escola, instituto, centro ou o que for. Aplicar – já de início – um projeto como esse para toda a universidade pode levar a sua não efetivação. Entretanto, não é interessante que se aplique apenas parte da avaliação, uma vez que o resultado para a instituição só se dará com a globalidade dos itens avaliados.

Abaixo há a proposta de um embrião, que seria modificado e adaptado para a realidade de cada curso. Partimos de um princípio de ordenação das etapas de definição a serem seguidas, no ímpeto de realizar o processo todo a partir das premissas estabelecidas no Documento Final do GET,

de julho de 2000. Ao descrever cada uma das etapas, exporemos objetivamente seu significado e elementos a serem considerados em sua construção.

Para melhor organização da proposta, determinamos cinco etapas pelas quais passaria a construção do projeto: 1) Objetivo

2) Agentes e Atores

3) Momentos de Avaliação

4) Categorias

5) Planejamento da transformação a partir dos resultados

1) Objetivo

A primeira etapa é a definição, pelo grupo propositor, dos objetivos gerais e específicos da avaliação. É aqui que serão estipuladas premissas importantes, que nortearão todas as outras etapas. Se essa é uma etapa anterior à própria organização da escola para a avaliação, é fundamental que os objetivos sejam postos à prova depois da formação da comissão interna que conduzirá a avaliação naquele curso.

Entre os objetivos que vislumbramos, organizados numa possível ordem temporal, estão:

1. Constatação do projeto acadêmico-pedagógico

A escola definiu, em algum momento, os rumos para aquele curso? Existem objetivos formatados e organizados em um projeto pedagógico, que inclua a maneira para esses objetivos serem concretizados? É preciso constatar qual o ponto de partida. O projeto pedagógico deve refletir o que se quer do curso e como o curso foi pensado. Inclusive é importante observar se houve democracia ou não na construção deste projeto para entender a legitimidade do curso junto à comunidade acadêmica.

2. Repensar os objetivos do curso

Em seguida, caberia à própria comissão interna (ver ponto 2: Agentes – Atores) discutir previamente os objetivos contemplados no projeto pedagógico. Ou, na falta deste, defini-los, mesmo que previamente. Pontos como Perfil do Egresso, Competências e Habilidades desejadas, organização didática, infra-estrutura ideal etc., devem ser abordados.

3. Diagnóstico da situação atual (respostas da avaliação)

Esse é o processo da constatação, próprio de qualquer avaliação institucional. Compreender, pelo diagnóstico baseado nos objetivos definidos, a realidade e a situação atual do curso.

4. Redefinir projeto pedagógico, missão, vocação e objetivos

A partir desses resultados, seriam repensados por toda a comunidade acadêmica o projeto pedagógico, missão, vocação e objetivos do curso, estabelecendo novos rumos.

5. Planejar/ transformar

O planejamento para a transformação seria feito, então, tendo em vista os resultados obtidos e os objetivos a que se quer chegar.

6. Criar espaços de auto-reflexão

Um dos objetivos principais desse projeto, que pode ser obtido como resultado da avaliação: criar espaços permanentes, perenes, de auto-reflexão pela própria comunidade acadêmica.

7. Estabelecer compromissos com a sociedade

(Re)estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação. Este programa deve permitir o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes. Essa é também uma das funções de se ter uma avaliação externa.

Observações:

- Ao construir uma avaliação, as respostas muitas vezes vêm antes da construção das perguntas, pois elas refletem o que se quer do curso.
- Aqui fica claro que toda a avaliação tem objetivos (não é imparcial), o que se reflete nas formas de construir as perguntas, coletar as respostas, etc.
- A missão e o projeto pedagógico atuais podem servir como base para a elaboração da avaliação, mas não devem ser as referências únicas, uma vez que o objetivo é, além de comprovar a situação atual do curso, repensar sua missão e seu projeto.

2) Agentes e Atores

Agentes são as pessoas que pensam e trabalham o processo de avaliação. Atores são quem participa do processo avaliando e sendo avaliado.

A definição dos agentes é etapa fundamental para que se garanta a democracia no decorrer do processo. Todas as categorias da comunidade acadêmica devem estar representadas de forma paritária nas comissões de avaliação e os grupos avaliados devem também avaliar. Estas características são fundamentais para garantir a legitimidade do processo de avaliação: se há participação equilibrada entre as categorias, há discussão, disputa e legitimidade.

O grupo propositor da avaliação define os agentes internos e externos responsáveis pelo processo. Estes agentes devem ter consciência de que participam de um processo de compromisso social e não devem se apropriar do projeto elaborado. As atribuições e responsabilidades de cada um dos integrantes seriam designadas na determinação dos momentos e categorias de análise.

A formação das comissões só é possível com a criação prévia e permanente de espaços de disputa, pois as comissões devem ser negociadas, garantindo o caráter democrático da avaliação, e contemplar a diversidade de ações e concepções.

Pensamos em dois tipos de agentes: uma comissão interna e uma comissão externa. Se este é um modelo de avaliação institucional aplicado por mais de uma escola, deve haver uma comissão nacional de avaliação.

Comissão interna

A comissão interna tem de ser paritária, formada por professores, estudantes e funcionários e eleita diretamente por seus pares para garantir sua legitimidade com as três categorias. Ela desenvolverá papéis técnicos, mas tem uma função essencialmente política. Deve articular e mobilizar a comunidade acadêmica possibilitando a criação de espaços de disputa e de ações formativas e transformadoras. Os instrumentos, critérios e metodologias são socialmente construídos e tornados públicos. Para que a comissão garanta a avaliação como um processo social, múltiplo e permanente, os membros da comissão devem ter clareza dos objetivos e princípios da avaliação.

Sua formação representa a vontade política da instituição em construir a avaliação, iniciando o processo com discussões gerais que levem à sensibilização e ao comprometimento da comunidade acadêmica no processo. É importante que haja um reconhecimento institucional da avaliação na escola, mas não é imprescindível, ou seja, ela deve ocorrer mesmo que não reconhecida como oficial da escola, já que sua legitimidade é garantida na construção coletiva e participativa.

Comissão externa

A comissão externa deve reunir professores, estudantes e funcionários de outras instituições que tenham interesse em participar da avaliação. Agregaria também outros setores da sociedade civil organizada, definidos de acordo com as demandas de cada curso. Seriam privilegiadas representações de instituições e entidades, evitando participantes individuais, a não ser por determinada função especial (consultoria pedagógica, por exemplo).

A comissão externa tem de levar em conta as características regionais e locais do curso. Deve contribuir com o processo da escola, trazendo um olhar de fora sobre problemas que ela constata e que a comissão interna relata. Ela analisa o trabalho da comissão interna, tendo liberdade de averiguar as respostas, e faz novas perguntas que achar necessárias.

Cabe à escola aceitar ou não os nomes indicados da comissão externa, garantindo à instituição a titularidade da avaliação. O diálogo entre as comissões interna e externa deve respeitar a autonomia da escola, tendo como objetivo alcançar as metas da instituição e de sua avaliação, mas não pode permitir que essa autonomia sirva para a escola se isolar. A pluralidade de visões das comissões externas e o compromisso social das instituições são a garantia para isso.

Deve ser interesse da escola ter uma avaliação externa para balizar a auto-avaliação e se abrir para o diálogo que contemple outras referências, além das internas. A avaliação externa deve servir para transformar, assim como a interna, e não como uma mera constatação. Deve se basear nas informações, interpretações e análises da avaliação interna, com o objetivo de melhorar as estruturas e os processos da instituição, não podendo ter um caráter fiscalizador ou punitivo.

A composição desta comissão deve contemplar as diversas concepções e visões de cursos de Comunicação e, se possível, ser composta por integrantes de escolas de regiões diferentes do país, trazendo o máximo de pluralidade possível para o grupo avaliador.

Comissão Nacional

Quando o processo de avaliação toma corpo e passa a acontecer em várias escolas, uma comissão nacional passa a ser demanda, com a tarefa de organizar o trabalho de comissões externas e potencializar a capacidade de troca entre as instituições. O papel da comissão nacional não é de fiscalização ou homogeneização dos projetos de avaliação e/ou pedagógicos, mas de articulação e orientação dos processos, respeitando as diversidades e confirmando o sentido de transparência e o caráter público das avaliações e das instituições.

A comissão nacional deve acompanhar as escolas na execução da avaliação e compor as comissões externas da avaliação das escolas, através de comitês regionais indicados por ela. O comitê regional não é uma instância independente, mas uma extensão da nacional, funcionando sob sua lógica.

3) Momentos de Avaliação

Definição, em comum acordo das comissões interna e externa, dos momentos da avaliação. São listadas, aqui, as atividades necessárias para atingir os objetivos estabelecidos, e quem serão os responsáveis pela sua execução. De acordo com os objetivos definidos neste documento, os momentos e seus executores seriam:

- 1- Constatação do projeto – responsável: escola
- 2- Repensar objetivos – responsável: comissão interna, que leva a discussão pra comunidade
- 3- Aplicação do instrumento de avaliação – responsável: 1°: toda a comunidade (na aplicação em si); 2° :comissão externa (análise do parecer e proposição de novas análises)
- 4- Diagnóstico (detectando a raiz dos problemas identificados pelos resultados da etapa anterior) – responsáveis: 1° comissão interna + comunidade acadêmica; 2° comissão externa (analisa trabalho da comissão interna e faz novas perguntas)
- 5- Elaboração de parecer final pra escola, com apresentação de todos os dados e comparação com o projeto acadêmico (não há risco de omissão de dados, porque é a comunidade que compõe a comissão) – responsável: comissão interna
- 6- Submeter o parecer final à análise de toda a escola – responsável: comissão interna
- 7- Redefinição do projeto pedagógico, missão, vocação e objetivos – responsável: escola
- 8- Avaliação do processo de avaliação – responsável: escola

9- Ampla divulgação dos resultados, valorizando espaços de compromisso com a sociedade – responsável: comissão interna

4) Categorias

Nesta etapa de definição das categorias e sub-categorias a serem analisadas, devem ser levados em conta todos os fatores que compõem e influenciam o curso. Além disso, devem ser definidas as perguntas relativas a cada categoria e as respostas desejadas. Cada escola, com sua autonomia, terá necessidade de pensar suas próprias categorias de avaliação.

De alguma forma, deve-se estabelecer o peso, ou importância, de cada momento e categoria da avaliação. Isto para que fiquem claras importância e prioridade de cada item. A definição da articulação entre os momentos e entre as categorias também é essencial para que a avaliação não seja uma simples acumulação de dados, uma vez que um curso não é apenas um conglomerado de elementos.

É aqui que ficará mais claro qual o formato do resultado esperado para a avaliação e de que forma ele dará condição para a realização da próxima etapa, o planejamento da transformação a partir dos resultados.

Metodologia

Os diversos momentos e categorias de avaliação pedem diferentes metodologias. As particularidades de cada um deles são fundamentais para que a metodologia escolhida contribua exatamente para que se atinja os objetivos da avaliação. As metodologias variam entre os itens avaliados e, até em uma mesma categoria, elas podem variar de escola para escola, de acordo com suas estruturas administrativas e didáticas. A comunidade acadêmica pode propor soluções metodológicas interessantes a partir do momento em que participa de um processo de avaliação.

Questionários são um método que deve ser evitado, por fornecer respostas pontuais, muitas vezes de maneira obscura. No lugar deles, deve-se privilegiar reuniões de planejamento, em que se apontam os problemas já pensando em possíveis soluções, mostrando comprometimento com a transformação. No uso desta metodologia, uma relatoria seria encaminhada à comissão interna.

Frequência

A frequência da avaliação precisa ser diferenciada de acordo com a categoria analisada, respeitando seus ciclos. Por exemplo, a direção da escola muda a cada quatro anos, a disciplina é semestral ou anual. Deve-se pensar em avaliar não só no começo e no final dos ciclos, mas também no meio destes, para possibilitar possibilidade de mudança durante o processo.

Deve-se pensar, também, uma frequência para se completar os ciclos de avaliação, com a análise do processo e a divulgação dos resultados para a sociedade, para que um novo ciclo se inicia, com todos os momentos de avaliação. Uma proposta é que isto ocorra no máximo a cada quatro anos.

As categorias:

As categorias listadas aqui foram tiradas do Documento de Contribuição ao GET, de 1999, com acréscimos efetuados na discussão de 2001. Com certeza, é uma lista ainda incompleta para algumas instituições ou com itens excedentes para outras, mas serve como um ponto de partida.

Todos os itens têm duas fases de avaliação: a primeira seria uma coleta de dados para se poder avaliar e a segunda, uma análise da coerência entre as informações obtidas e o que se espera, de acordo com o projeto acadêmico.

1. Política Orçamentária:

Esta é a parte da instituição que mostra a autonomia da mesma e a democracia na gestão. A transparência no orçamento e na distribuição de verbas mostra se há democracia na atividade administrativa. A origem dos recursos, se há necessidade de esforços constantes para obtê-los, é uma

mostra de que a autonomia pode ser também uma diminuição de verbas oficiais destinadas à instituição.

Primeira fase

- como é planejada?
- quais são as fontes de recursos? Como são obtidos?
- qual é valor?
- como é gasto? a decisão passa por órgãos colegiados?
- quem é responsável pela alocação de recursos?

Segunda fase: (“cruzamentos”)

- a distribuição é coerente com o projeto acadêmico?
- o montante é adequado?
- levando em consideração os resultados da fase 1, o orçamento procura/destina sanar as deficiências?
- Como se lida com o orçamento? Há transparência?

Metodologia: coletas de dados; conversa com os departamentos (e todos os órgãos para onde a verba é alocada), individualmente.

Frequência (análise da política orçamentária): anual ou bianual

2. Estrutura Política e Administrativa:

A gerência dos espaços possibilita uma relação interna, dá uma cara e ao mesmo tempo reflete o projeto da escola. Ter estrutura política e administrativa favoráveis são meios para o fim acadêmico e a missão da escola. Em que mãos está o poder de decidir sobre o que vai acontecer na comunidade? Que espaços podem existir e como é a ocupação desses espaços?

- o curso é organizado em departamentos?
- há colegiado de cursos? O que abrange? Quem compõe?
- como é eleito? Qual o peso das categorias votantes?
- qual o funcionamento?
- o representante discente é ligado à entidade de base?
- existe plano de carreira docente e funcional?
- como é a política de contratação?
- como é a política de remuneração?

Segunda Fase:

- é democrático?
- é funcional, quanto às atribuições?

Frequência – anual ou bianual

3. Infra-estrutura:

Para um projeto de curso poder ser colocado em prática, é necessário que ele tenha uma infra-estrutura que o torne viável .

- estúdios e laboratórios
- biblioteca, hemeroteca e acervo de som e imagens
- condições de sala de aula
- espaço de vivência
- acessibilidade à informações e burocracia

- é adequada à produção curricular e extra-curricular? (**define necessidade de avaliar a categoria)
- análise quanto à atualidade e condições de uso (**define necessidade de avaliar a categoria)
- adequação ao número de alunos que a utilizam (**define necessidade de avaliar a categoria)
- existência de espaços de vivência
- como é a liberdade/ controle de uso?

Segunda Fase:

- definir parâmetros para cada curso levando em conta as especificidades regionais, currículo e habilitação
- na avaliação deste item, não basta constatar que há infra-estrutura adequada, é necessário também analisar qual acesso o estudante tem a eles (ex.: equipamentos de vídeo nos cursos de comunicação, que os alunos não têm acesso).

Aplicação: Comissão externa e interna e pesquisa à comunidade, aplicada pela comissão interna (junto de outras avaliações, como a da disciplina, a de projetos de extensão e a do departamento).

Frequência: anual ou bianual

4. Projeto Acadêmico:

- forma de estruturação do curso (com disciplinas? Que outras atividades são contempladas?)
- perfil do formando
- o currículo abrange conteúdos teórico-conceituais, conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade, conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas e conteúdos ético-políticos (os 4 pontos das diretrizes)?
- composição entre teoria e prática
- adequação das ementas ao perfil desejado
- adequação do professor à disciplina
- como funciona o sistema de creditação ou seriação?
- existem disciplinas optativas? Como funcionam? Existe tutoria?
- existem projetos de pesquisa curriculares?
- existem programas de extensão curriculares e extracurriculares para atender as demandas sociais?
- análise de dinamismo do currículo (criação de novas disciplinas e habilitações)
- existem programas especiais de formação dos graduandos (tipo PET, Capes)?
- quais as formas de distinção, valorização e divulgação dos projetos finais de curso (TCC, projeto experimental)
- análise dos projetos finais de curso quanto a: inovação, experimentação e reflexão
- programas de monitorias
- composição e análise da orientação e banca do projeto final de curso
- produção curricular teórica ou técnica e o alcance obtido, transcendendo a comunidade acadêmica
- integração com a pós-graduação
- metodologia de avaliação e recuperação
- órgãos laboratoriais: projeto, regularidade
- participa do canal universitário a cabo? Tem projeto acadêmico para o canal?
- prevê avaliação interna do curso?
- atividades complementares e extra-curriculares
- meios de acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho
- taxas de evasão e trancamento de matrículas

- tempo médio de conclusão do curso
- número máximo de alunos por aula expositiva
- disponibilidade e utilização de vagas

Segunda Fase:

- comparação com o modelo ideal
- métodos de aferir se o projeto é cumprido: questionário interno

Metodologia: o roteiro deve ser composto tanto de perguntas dissertativas quanto de múltipla escolha, levantando dados que remetam à transformação do curso. Pode ser feito por escrito ou através de discussão em sala de aula. Os resultados do questionário devem retornar à sala de aula, para serem discutidos pelos alunos. A idéia não é apenas ir atrás de dados, mas possibilitar uma análise profunda da situação do curso. Esta é uma avaliação que diz respeito principalmente a professores e alunos.

Frequência: acompanha a da disciplina (semestral ou anual); anual ou bianual para análise do acúmulo cognitivo.

5. Recursos Humanos:

Ter os recursos humanos adequados é fundamental para que a instituição consiga realizar seu projeto acadêmico. Isso depende por um lado das pessoas que fazem parte e por outro, das condições que elas têm de se desenvolver e progredir ali.

Estão listados abaixo dois tipos de coletas de dados iniciais: as condições e a avaliação dos indivíduos – tanto para docentes, quanto para discentes e funcionários. Em uma segunda etapa, cruzam-se esses dados para analisar se eles se adequam ao perfil da instituição, dentro do que lhes é possível nas condições que lhes são colocadas.

O objetivo desta coleta de dados não é premiar os mais produtivos com benefícios salariais, promoções ou de outras maneiras. Deve-se levar em conta os diferentes perfis e formas de contratação de professores e funcionários e assim, não se esperar ideais de respostas únicos e uniformes – se há diversidade nas funções, também haverá nos resultados.

Deve-se privilegiar a análise qualitativa baseada na função e na relevância social dos trabalhos e atividades realizados. A análise quantitativa tem um papel se vinculada a uma contextualização mais completa da realidade da instituição, porque os números sem os critérios de onde se quer chegar são insuficientes.

Docente:

Condições de docência

- como é o processo contratação? quem decide? com que critérios?
- estrutura de docência da instituição
- quantidade de professores
- plano de carreira: salários, quantidade de professores horistas comparada com os contratados, elementos analisados para ascensão na carreira docente, tempo de serviço, frequência do apelo a professores substitutos
- como se dá a distribuição de disciplinas, atividades extra-disciplinares e funções administrativas?
- condições para o docente se envolver na estrutura política e administrativa da instituição
- estrutura física para o docente desenvolver pesquisa e atender os alunos na universidade

Avaliação do Docente

- titulação
- dedicação
- reciclagem
- trabalhos de pesquisa
- trabalhos de extensão

- regime de trabalho
- publicações
- participação na administração da universidade
- atividades de trabalho fora da sala de aula
- *atividades fora da universidade (é igual ao que está acima?!)*
- participação em comissões
- interlocução entre professores da mesma área
- número de docentes em relação ao número de alunos
- participação em seminários, palestras, conferências...
- adequação à ementa e à missão do curso
- competência didática e teórica
- frequência e pontualidade
- disponibilidade de atendimento

Segunda fase: relacionar as respostas obtidas com o perfil do professor desejado para o seu tipo de contratação e as condições de trabalho que lhe são oferecidas, dentro da missão da instituição

Metodologia: análise, comissões internas e externas e questionários para alunos

Frequência: anual ou bianual (para as comissões interna ou externa); vinculada à periodicidade da disciplina, para avaliar o professor em sala de aula

Discente:

Condições de discência

- distribuição de bolsas de estudo: quantas? com que critérios?
- restaurante universitário
- moradia estudantil
- bolsa-trabalho
- subsídio para encargos escolares

Quadro de discência (com dados numéricos da discência na escola)

- índice de inadimplência
- índice de evasão

Avaliação do discente

- assimilação do conteúdo
- frequência
- pontualidade
- interesse e participação
- participação em atividades complementares (grupos de estudo, atividades culturais, monitores, pesquisa e extensão)
- existência de CA/DA
- ocupação dos espaços de representação
- produção acadêmica
- adequação do estudante ao perfil previsto nas diretrizes curriculares.

Segunda fase: relação entre o perfil do egresso real e o pretendido no projeto acadêmico

Metodologia: análise, questionário para docente e comissão interna e externa, provas regulares ou outros instrumentos que mensurem o acúmulo cognitivo ao longo do curso.

Frequência: anual

Técnico-Administrativo:

Condições de exercício da profissão

- como é o processo contratação? quem decide? com que critérios?
- tem entidade representativa?
- quantidade de técnico-administrativos
- regime de trabalho: salários, elementos analisados para ascensão na carreira, tempo de serviço.
- há processo de reciclagem?
- participação nos órgãos do curso.
- proporção quantidade de técnico-administrativos X demandas administrativas.

Avaliação do técnico-administrativo

- assiduidade
- pontualidade
- conhecimento técnico
- adequação pedagógica
- relação com docentes e discentes

Segunda fase: Verificação da adequação do técnico-administrativo ao perfil exigido pela instituição para a atividade.

Metodologia: análise, comissões internas e externas e questionários para a categoria analisada, docentes e discentes.

Frequência: anual ou bianual (para as comissões interna ou externa); vinculada à periodicidade da disciplina, para avaliar o técnico no exercício das atividades.

6. Pesquisa:

Valorizar a pesquisa dentro da avaliação e dentro de um modelo de universidade significa admitir esta organização como *locus* de produção e disseminação de conhecimento. Essa visão deve considerar também o ensino superior como protagonista da produção de ciência e tecnologia, setor vital para o desenvolvimento social e independente do país.

Neste contexto, a avaliação tem o papel de questionar a definição dos temas e prioridades de pesquisa como de responsabilidade exclusiva de departamentos, programas de pós-graduação e dos pesquisadores e colocá-la como bem público da comunidade acadêmica e da sociedade.

Para isso, será feito em um primeiro momento um levantamento de informações sobre as pesquisas, as linhas, o financiamento, a participação de graduandos e áreas de interesse. Num segundo momento, estes dados irão subsidiar uma análise sobre a relação entre o conhecimento produzido e a que interesses ele está atendendo.

É importante que a avaliação prime por uma análise majoritariamente qualitativa e que tenha a participação não só da comunidade acadêmica, mas de vários setores da sociedade.

Primeira fase:

- Quais são os projetos de pesquisa?
- Quais são as fontes de financiamento?
- Há bolsistas na graduação?
- Quais são as áreas de interesse?
- Quais são as linhas?
- Qual o objetivo das linhas?
- Como se dá a publicação dos resultados?
- Há participação dos envolvidos em eventos de caráter científico?

Segunda fase:

- É de interesse público?
- A pós interage com a graduação?
- Existe articulação entre os projetos e entre as áreas de interesse?
- Qual a relação da pesquisa com outras áreas da formação?
- Os projetos levam em conta demandas regionais e locais?
- Como se dá o acompanhamento do desenvolvimento destas pesquisas?

Metodologia: análise das comissões internas e externas e questionários para a pró-reitoria de pesquisa, fundações de apoio à pesquisa, docentes e discentes; e consulta junto à comunidade e segmentos da sociedade interessados.

Frequência: anual e bianual (para as comissões interna e externa respectivamente).

7. Extensão:

Pensar um modelo de ensino superior intrinsecamente ligado aos interesses da sociedade significa valorizar ao máximo os instrumentos que viabilizam esta relação, como é o caso da extensão. Esta atividade se constitui como o vetor principal de democratização do conhecimento produzido na universidade, visão atualmente alijada nas políticas para a educação universitária.

Neste quadro, a avaliação da extensão tem como objetivo identificar a efetividade do cumprimento do caráter social e democratizante desta atividade e identificar distorções, como cursos pagos e projetos exclusivamente assistencialistas.

Para isso, será feito em um primeiro momento um levantamento de informações sobre os projetos, a forma de financiamento, a participação da comunidade acadêmica e a divulgação dos resultados. Num segundo momento, as informações levantadas serão utilizadas para uma outra análise da adequação da extensão às premissas estabelecidas.

É importante que a avaliação prime por compreender principalmente a relação dos projetos com as comunidades, dispensando uma visão de simples doação de conhecimento e buscando uma percepção de uma relação dialógica, na qual academia e sociedade constroem o conhecimento juntos em uma via de mão dupla.

Primeira fase:

- Há extensão?
- Quantos e quais são os projetos?
- Como se dá e quais são as fontes de financiamento?
- Os alunos recebem bolsa?
- Como são divulgados e publicizados os resultados?

Segunda fase:

- Como se dá o acompanhamento pelas partes interessadas (comunidade e academia)?
- Qual é o vínculo com outras áreas da formação?
- As atividades dos projetos procuram gerar questionamento e reflexão?
- Qual é a regularidade?
- Há interdisciplinariedade?
- A comunidade é capacitada para multiplicar os conhecimentos apreendidos?
- Qual é a relação com a comunidade (o diálogo, acompanhamento, criação e avaliação do projeto)?
- Os projetos levam em conta demandas regionais e locais?
- Como se dá o acompanhamento do desenvolvimento destas pesquisas?

Metodologia: análise das comissões internas e externas e questionários para a pró-reitoria de extensão, fundações de apoio, docentes, técnico-administrativos e discentes e conversa junto às comunidade atingidas pelos projetos e segmentos da sociedade interessados na questão.

Frequência: anual e bianual (para as comissões interna e externa respectivamente).

5) Planejamento da transformação a partir dos resultados

A última etapa constitui-se na definição de como os resultados serão utilizados para a transformação. Também na definição do papel de quem é realizá-las, por que vias, em que prazos.

Uma das principais transformações a ser atingida é fortalecer processos perenes, permanentes, de reflexão sobre o curso. De nada adianta existir apenas em uma minoria a consciência da necessidade de manter a avaliação como prática cotidiana. Pensar a maneira de se alcançar esse objetivo é um dos momentos do planejamento.

É preciso pensar na transformação em duas frentes: a dos conteúdos (currículo, infra-estrutura, de pessoal etc.) e a de processos (modo como se definem conteúdos, estrutura política-administrativa, espaços de discussão e de decisão do curso).

Deve-se garantir espaço para a transformação de todas as categorias avaliadas. Cada um dos pontos diagnosticados deve estar sujeito a mudanças.

Sendo a avaliação um processo permanente, essa etapa de planejamento não a encerra, mas completa um ciclo. Assim, deve-se avaliar também a própria avaliação. O quanto ela, da forma como é feita, favorece a transformação permanente do curso e a frequência e espaços nos quais ela deve acontecer.

Os ciclos, portanto, têm periodicidades diferentes. A transformação se dá para cada ciclo no seu tempo. A avaliação não começa nem termina ao mesmo tempo, mas respeita os ciclos de cada um dos objetivos e categorias definidos.

É essencial a garantia da participação de todos os agentes e atores nesse processo de planejamento. O processo só é realmente democrático se possibilita a todos os envolvidos interferir nas mudanças e transformações a serem feitas.

Lembramos que este documento é uma proposta de embrião a ser discutida pelas escolas. No entanto, ele propõe a conformação de um projeto nacional de avaliação (que não se confunde com um processo único). Para isso acontecer, é preciso que os cursos mantenham determinadas premissas e critérios, que são as condições para uma avaliação democrática e plural. Não basta um processo ser “inspirado” pelas idéias aqui contidas para que ele possa ser considerado democrático e plural.

ACESSE

WWW.ENECOS.ORG.BR